

Paraná amplia banco de perfis genéticos para casos criminais com coleta em Foz do Iguaçu

06/12/2025

Segurança Pública

A Polícia Científica do Paraná (PCIPR), em conjunto com a Polícia Penal do Paraná (PPPR) e a Polícia Civil do Paraná (PCPR), realizou nesta sexta-feira (5) mais uma etapa de coleta de material genético de pessoas privadas de liberdade em Foz do Iguaçu. A ação integra o trabalho contínuo de atualização do Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) e reforça a estratégia do Estado em ampliar a identificação genética de custodiados condenados.

“A coleta do perfil genético representa um avanço tecnológico na gestão prisional”, destaca a diretora-geral da PPPR, Ananda Chalegre. “A Polícia Penal identifica as pessoas privadas de liberdade que se enquadram no artigo 9º-A da Lei de Execução Penal — como condenados por crimes dolosos, com violência ou contra a dignidade sexual — em um trabalho integrado com a Polícia Científica e a Polícia Civil”.

A coleta faz parte do esforço permanente para garantir que todos os presos condenados pelos crimes previstos na Lei de Execução Penal tenham o perfil genético registrado. O procedimento é obrigatório e contribui diretamente para a elucidação de crimes, para a revisão de casos antigos e para a prevenção da violência. Apenas em 2025 já foram realizadas coletas em Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guaíra e Cruzeiro do Oeste. Ao todo, cerca de 2000 novos perfis foram incluídos no BNPG.

O chefe da Unidade de Execução Técnico-Científica de Foz do Iguaçu, Raul Lessa, explica que o objetivo da ação é extrair os perfis genéticos de pessoas condenadas por determinados crimes e inseri-los no Banco de Perfis Genéticos para futuros confrontos e auxílio na elucidação de crimes ainda não solucionados.

- [Tecnologia de monitoração simultânea contra feminicídios está em uso no Paraná](#)

“A pessoa que está cumprindo pena e foi condenada por um crime sexual, por exemplo, tem o seu DNA coletado. Então se porventura em outro momento, seja anterior ou posterior ao cumprimento da pena, ela comete algum crime — seja

sexual ou não — esse DNA será comparado com aquele vestígio que está na cena do crime, o que pode ser fundamental na elucidação do caso e na determinação da autoria do crime”, diz.

O perito ainda destaca que, conforme determina a lei, a coleta é feita de forma totalmente indolor, isto é, sem utilizar materiais perfurantes que necessitam da coleta de sangue. “Nós fazemos a coleta de saliva através da utilização de swab, que é um material esponjoso. Uma técnica indolor que respeita também o custodiado em sua dignidade e respeito — inclusive, aos direitos humanos”.

A atuação da Polícia Penal é fundamental para o sucesso dessas ações, garantindo o levantamento dos custodiados que ainda não realizaram a coleta, a organização interna das unidades prisionais e o apoio operacional necessário para que o processo ocorra de forma segura, ágil e padronizada em todo o Estado.

A ação também contou com a participação do Instituto de Identificação da PCPR, garantindo a precisão no processo de coleta. “O papel do papiloscopista é fazer a coleta de impressão digital desses detentos, para que possamos vincular a impressão digital ao DNA e conseguir identificá-los — tanto daqueles que já têm documento de identidade, confirmando que realmente se trata da pessoa, quanto daqueles que não têm. Assim, montamos um banco de dados para que, futuramente, se encontrarmos uma impressão digital em um local de crime, seja possível realizar essa identificação”, explica a papiloscopista da PCPR Luana Cristina Medina.

- **193: novo sistema da central dos bombeiros traz mais agilidade aos atendimentos**

BANCO NACIONAL – O banco de perfis genéticos funciona como uma ferramenta nacional de comparação: cada novo DNA inserido é cruzado com vestígios encontrados em cenas de crimes de todo o País. Quando há uma coincidência, é possível identificar autores, conectar delitos distintos cometidos pela mesma pessoa e esclarecer investigações que estavam paradas por falta de provas.

Desde maio de 2024, o número de perfis genéticos de indivíduos cadastrados criminalmente no Brasil aumentou cerca de 15%, alcançando 193.395 registros até maio de 2025. Desse total, o Paraná responde por 8.426 perfis na categoria de referências criminais — que inclui condenados, pessoas identificadas criminalmente, registros determinados por decisão judicial e restos mortais

identificados.

O Estado registrou um crescimento de 82% na categoria em apenas 12 meses, considerando os 4.615 perfis contabilizados em maio do ano passado. A evolução é ainda mais significativa quando comparada a anos anteriores: em maio de 2018, o Paraná somava 679 perfis cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) para todas as finalidades; em maio de 2015, eram apenas 92. No total, o Paraná já possui 11.201 perfis genéticos inseridos no BNPG, considerando todas as categorias previstas.

A utilização das bases de dados genéticos ainda tem permitido conexões entre crimes distintos e a identificação de autores. Um dos casos mais emblemáticos é o de Rachel Genofre, assassinada em 2008, em Curitiba. O crime foi solucionado 11 anos depois, em 2019, por meio da inclusão do perfil genético do autor, coletado durante um mutirão em um presídio no interior de São Paulo. O material foi inserido no BNPG e coincidiu com o vestígio separado na época do crime, levando à identificação e confissão do autor.

Até o mês de maio de 2025, a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) registrou 10.661 coincidências confirmadas, sendo 8.081 entre vestígios e 2.580 entre vestígios e perfis de indivíduos cadastrados criminalmente, auxiliando diretamente em 7.673 investigações em todo o país. O Paraná contribuiu com 519 dessas investigações por meio de perfis coletados no estado.